



# Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO CIV - 106° DA REPÚBLICA - Nº 28.117

BELEM - TERÇA-FEIRA, 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Governador do Estado  
**ALMIR GABRIEL**  
Vice-Governador do Estado  
**HÉLIO GUEIROS JUNIOR**

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JUNIOR  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado  
MANOEL DE CHRISTO ALVES FILHO  
Procurador Geral de Justiça  
MANOEL SANTINO NASCIMENTO JÚNIOR

Procurador Geral do Estado  
JORGE ALEX NUNES ATHIAS  
Consultor Geral do Estado  
OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE  
Procurador Geral da Defensoria Pública  
ÍTALO ALMEIDA MÁCOLA JUNIOR

## SECRETARIADO

Administração  
CARLOS JEHÁ KAYATH  
Justiça  
ALDIR JORGE VIANA DA SILVA  
Fazenda  
FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO  
Obras Públicas  
JOSÉ AUGUSTO SOARES AFFONSO  
Saúde Pública  
ELISA VIANNA SÁ  
Educação  
JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO  
Agricultura  
HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES  
Segurança Pública  
PAULO CELSO PINHEIRO SETTE CÂMARA  
Planejamento e Coordenação Geral  
SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE  
Cultura  
PAULO ROBERTO CHAVES FERNANDES  
Indústria, Comércio e Mineração  
DILERMANDO GUEDES CABRAL  
Trabalho e Promoção Social  
MARIA DO SOCORRO FRANÇA GABRIEL  
Transportes  
AMARO BARRETO DA ROCHA KLAUTAU  
Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente  
NILSON PINTO DE OLIVEIRA  
Casa Militar da Governadoria do Estado  
Cel. ROBERTO DA ROCHA KÓS  
Casa Civil da Governadoria do Estado  
PAULO ELCÍDIO CHAVES NOGUEIRA  
Comandante Geral da Polícia Militar  
Cel. PM FABIANO JOSÉ DINIZ LOPES

## NESTA EDIÇÃO

2 Cadernos - 24 Páginas

**DECRETOS**  
Do Governo do Estado

**PORTARIAS**  
Das Secretarias de Estado da Administração, Planejamento e  
Coordenação Geral, Fazenda e Educação

**ANÚNCIOS DE JULGAMENTO**  
Do Conselho de Recursos Fiscais do Estado

**CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 05/95**  
Da Companhia de Saneamento do Pará

**PORTARIA Nº 029/95 - SUPES/PA**  
Do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos  
Recursos Naturais Renováveis

**RESOLUÇÃO Nº 19.380/95**  
Do Tribunal Superior Eleitoral

**ACÓRDÃOS e RECURSOS ORDINÁRIOS**  
Do Tribunal Regional do Trabalho

## AVISO

O horário de recebimento de matérias  
para publicação no Diário Oficial, venda de  
exemplares e renovação de assinaturas é de  
08:00h às 18:00h.

## AVISO IMPORTANTE

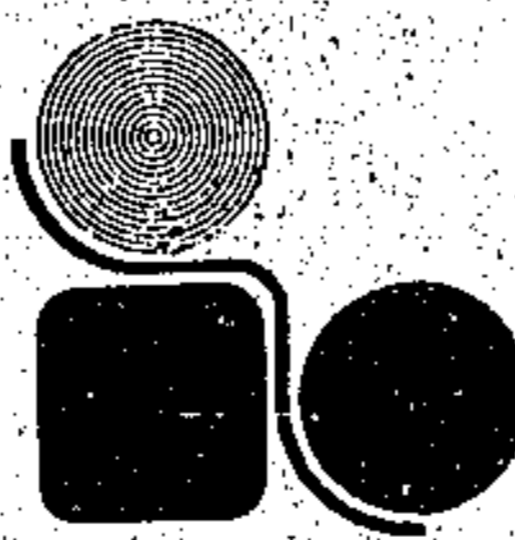
A Imprensa Oficial não tem representantes comerciais, nem corretores de matérias para publicação. Não tem agentes credenciados para venda de assinaturas.

As assinaturas e exemplares avulsos são comercializados diretamente pela IOE, trav. do Chaco, 2271, horário comercial.

A Direção da IOE informa ainda que os preços de publicação de matérias são fornecidos pelo Serviço de Protocolo.

## ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Para renovar sua assinatura, pedir exemplares avulsos  
ou fazer reclamações, ligue: (091)246-7888 (ramal34),  
Fax: (091) 226-0078.



# Imprensa Oficial

**GOVERNO DO ESTADO  
PODER EXECUTIVO**

DECRETO Nº 0906, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1995

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 329.902,50 em favor da Loteria do Estado do Pará.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V do artigo 135, e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinados com o artigo 59, da Lei nº 5.884, de 28 de dezembro de 1994.

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica aberto em favor da Loteria do Estado do Pará, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 329.902,50 (TREZENTOS E VINTE E NOVE MIL, NOVECENTOS E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), destinado a reforço da dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
17201.03080214.092	Distribuição de Bilhetes Premiados	Outras Despesas Correntes	3259.00	12.202	329.902,50
<b>T O T A L</b>					<b>329.902,50</b>

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta da Anulação Parcial da dotação consignada no orçamento vigente, conforme estabelecido no item III, do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 329.902,50 (TREZENTOS E VINTE E NOVE MIL, NOVECENTOS E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), através da unidade orçamentária da forma a seguir discriminada:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
17201.03070203.022	Apoio ao Conselho Diretor	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	12.202	88.300,00
17201.03070214.222	Encargos com Processamento de Dados	Outras Despesas Correntes	3132.00	12.202	17.090,00
17201.03070214.338	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	12.202	85.400,00
		Encargos Sociais	3111.02	12.202	14.150,00
		Encargos Sociais	3111.03	12.202	9.155,00
		Encargos Sociais	3113.00	12.202	34.700,00
17201.03070214.338	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	Outras Despesas Correntes	3120.00	12.202	14.600,00
		Outras Despesas Correntes	3192.00	12.202	1.399,50
		Outras Despesas Correntes	3221.00	12.202	31.738,00
17201.03070253.157	Reforma das Instalações da LOTERPA	Investimentos	4120.00	12.202	26.487,00
		Investimentos	4110.00	12.202	4.883,00
<b>T O T A L</b>					<b>329.902,50</b>

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

ALMIR GABRIEL  
Governador do Estado

CARLOS JENÁ KAYATH  
Secretário de Estado de Administração

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO  
Secretário de Estado da Fazenda

CP95/0075974-8

DECRETO Nº 0930, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 em favor da Superintendência do Sistema Penal do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V do artigo 135, e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinados com o artigo 59, da Lei nº 5.884, de 28 de dezembro de 1994.

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica aberto em favor da Superintendência do Sistema Penal do Estado, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (DEZENOVE MIL REAIS), destinado a reforço da dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
18201.02070214.330	Coordenação e Funcionamento das Atividades Administrativas	Outras Despesas Correntes	3120.00	11.100	19.000
<b>T O T A L</b>					<b>19.000</b>

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta da Anulação Parcial da dotação consignada no orçamento vigente, conforme estabelecido no item III, do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 19.000,00 (DEZENOVE MIL REAIS), através da unidade orçamentária da forma abaixo discriminada:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
18201.02040154.238	Implementação e Manutenção dos Projetos Agropecuários e Industriais	Outras Despesas Correntes	3120.00	11.100	19.000
<b>T O T A L</b>					<b>19.000</b>

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

ALMIR GABRIEL  
Governador do Estado

CARLOS JENÁ KAYATH  
Secretário de Estado de Administração

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO  
Secretário de Estado da Fazenda

CP95/0075885-7

DECRETO Nº 0944, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995

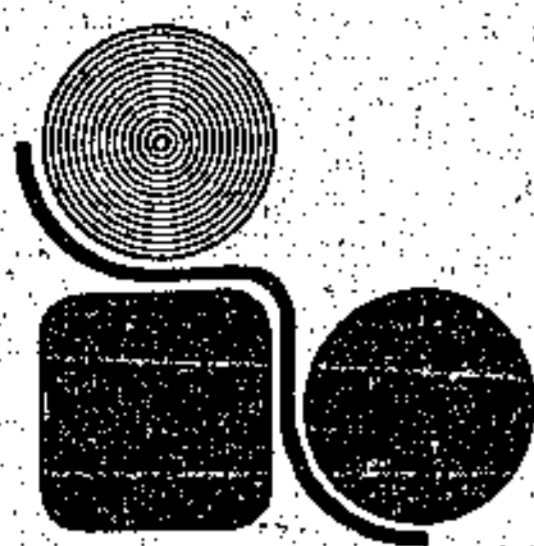
Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.720,00 em favor do Hospital de Clínicas Gaspar Viana.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V do artigo 135, e com fundamento no parágrafo 13 do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinados com o artigo 59, da Lei nº 5.884, de 28 de dezembro de 1994.

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica aberto em favor do Hospital de Clínicas Gaspar Viana, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.720,00 (QUATRO MIL, SETECENTOS E VINTE REAIS), destinado a reforço da dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
20205.13070214.318	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	Outras Despesas Correntes	3132.00	52.204	1.300
20205.13754284.319	Manutenção das Atividades Médico-Assistenciais	Outras Despesas Correntes	3120.00	52.204	3.420
<b>T O T A L</b>					<b>4.720</b>



# Imprensa Oficial

**DIRETORIA  
ADMINISTRAÇÃO  
REDAÇÃO  
PARQUE GRÁFICO**

Trav. do Chaco, nº 2271, próximo a Almirante Barros  
Belém - Pará

**PBX - 246-7888 (GERAL)**  
**FAX - 226-0078 e 226-0556**

Diretor Presidente  
**JOSE NÉLIO SILVA PALHETA**

Diretor Administrativo e Financeiro  
**JOSE MARIA LEAL PAES**

Diretor de Documentação e Divulgação  
**LOURIVAL BARBALHO JUNIOR**

Diretor Técnico  
**LAÉRCIO OLIVEIRA DA SILVA**

**Tabela de Assinaturas e Publicações**

**ASSINATURA TRIMESTRAL:**

Na Capital	R\$	25,00
Outros Estados e Municípios	R\$	78,00

**PUBLICAÇÕES:**

Cada centímetro	R\$	14,00
Preço por página	R\$	2.772,00

**COMPOSIÇÃO:**

(centímetro)	R\$	2,00
FOTOLITO: (centímetro)	R\$	1,00

**PREÇO DO EXEMPLAR R\$ 0,40**

**MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO**

Das 08:00h. às 18:00h. de segunda a sexta-feira.

**RECLAMAÇÕES:** 24 horas após a circulação do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Estados.

**OFÍCIOS OU MEMORANDOS:** devem acompanhar publicações a cobrar.

**ASSINATURAS:** Capital, Municípios e outros Estados em qualquer época.

**PAGAMENTOS:** Sempre em Cheque Nominal para a **IMPRESA OFICIAL DO ESTADO.**

**OBS:** As assinaturas do **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO** não dão direito ao recebimento de Caderno Especial, elaborado exclusivamente para distribuição aos órgãos interessados.

Art. 29 - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta da Anulação Parcial da dotação consignada no orçamento vigente, conforme estabelecido no item III, do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 4.720,00 (QUATRO MIL, SETECENTOS E VINTE REAIS), através da unidade orçamentária da forma a seguir discriminada:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
20205.13070214.318	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	Investimentos	4120.00	52.204	1.300
20205.13754284.319	Manutenção das Atividades Médicas e Assistenciais	Investimentos	4120.00	52.204	3.420
<b>T O T A L</b>					<b>4.720</b>

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

**ALMIR GABRIEL**  
Governador do Estado

**CARLOS JENÍ KAYATH**  
Secretário de Estado de Administração

**SIMÃO ROBERTO OLIVEIRA JAYENE**  
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

**FREDERICO ANIBAL DA COSTA MONTEIRO**  
Secretário de Estado de Fazenda

CP95/0075973-0

DECRETO Nº 0701, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1995

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 36.015.116,18 em favor dos órgãos da Administração Pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V do artigo 135, e com fundamento no parágrafo 1º do artigo 204, ambos da Constituição do Estado do Pará, combinados com o artigo 59, da Lei nº 5.884, de 28 de dezembro de 1994.

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica aberto em favor dos órgãos da Administração Pública Estadual, o Crédito Suplementar no valor de R\$ 36.015.116,18 (TRINTA E SEIS MILHÕES, QUINZE MIL, CENTO E DEZESSEIS REAIS E DEZOITO CENTAVOS), destinado a reforço da dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
11104.02070212.532	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	11.100	278.804,30
14101.04070212.515	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	11.100	5.754,79
15202.08070214.301	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	11.100	13.823,02
16101.08070212.528	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	11.218	3.347.965,81
16101.08421882.048	Desenvolvimento do Ensino de Primeiro Grau	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	11.225	10.354.224,37
					2.205.200,00
16203.08070214.308	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	11.225	20.197,34
17101.03080212.063	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	11.100	4.518.429,36
					303.121,07
18201.02070214.330	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	11.100	220.845,74

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
21101.06070212.507	Coordenação e Funcionamento das Atividades dos Técnicos Administrativos	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	11.100	246.949,10
		Outras Despesas Correntes	3192.00	11.100	36.000,00
25101.02070212.535	Coordenação e Funcionamento das Atividades dos Técnicos Administrativos	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	11.100	170.907,73
		Outras Despesas Correntes	3192.00	11.100	18.000,00
28104.15824952.159	Encargos com Inativos e Pensionistas - Educação	Pessoal e Encargos Sociais	3251.00	11.225	6.015.257,18
28104.15824952.104	Encargos com Inativos e Pensionistas - Civil	Pessoal e Encargos Sociais	3251.00	11.100	257.152,64
28106.15824952.194	Encargos com Inativos e Pensionistas - Militar	Pessoal e Encargos Sociais	3251.00	11.100	5.512.162,78
29101.16070212.514	Coordenação e Funcionamento das Atividades dos Técnicos Administrativos	Outras Despesas Correntes	3192.00	11.100	8.200,00
31101.06070212.505	Coordenação e Funcionamento das Atividades dos Técnicos Administrativos	Pessoal e Encargos Sociais	3112.01	11.100	400.040,81

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do presente Decreto, correrão à conta da Anulação Parcial, da dotação consignada no orçamento vigente - Créditos Contingenciados no valor de R\$ 99.392,70 (NOVENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E SETENTA CENTAVOS), e Créditos Disponíveis de R\$ 35.915.723,48 (TRINTA E CINCO MILHÕES, NOVECIENTOS E QUINZE MIL, SETECENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS), conforme estabelecido no item III, do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através da unidade orçamentária da forma abaixo discriminada:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
11201.15814863.097	Sistema Integrado de Segurança Alimentar	Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00	11.100 11.100 11.100	132,00 755,00 407,00
11201.15814863.126	Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas	Outras Despesas Correntes	3120.00 3132.00	11.100 11.100	225,00 1.651,00
11201.15814863.128	Apoio as Atividades Produtivas	Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00	11.100 11.100 11.100	41,00 656,00 107,00
11201.15814864.003	Assistência Social	Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00 3231.00 3223.02	11.100 11.100 11.100 11.100 11.100	237,00 225,00 4.000,00 7.000,00 6.000,00
11201.15814864.250	Fortalecimento das Organizações Comunitárias	Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00	11.100 11.100 11.100	6.314,00 1.075,00 26.027,00
11201.15070214.336	Coordenação e Funcionamento das Atividades dos Técnicos Administrativos	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01 3111.03 3113.00 3253.00	11.100 11.100 11.100 11.100	555.809,54 61.687,46 4.907,00 4.000,00
		Investimentos	4120.00	11.100	4.678,00
15101.08070212.500	Coordenação e Funcionamento das Atividades dos Técnicos Administrativos	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	11.100	150.000,00
		Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00 3192.00 3231.00	11.100 11.100 11.100 11.100 11.100	50,00 7.707,00 87.887,00 1.450,00 1.874,00
15101.08480202.038	Funcionamento do Conselho Estadual de Cultura	Outras Despesas Correntes	3131.00 3132.00	11.100 11.100	4.070,00 207,00
15101.08480222.198	Funcionamento e Manutenção do Arquivo Público	Outras Despesas Correntes	3131.00 3132.00	11.100 11.100	14.031,00
		Investimentos	4120.00	11.100	1.357,00
15101.08482462.183	Implementação das Atividades do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Cultural	Outras Despesas Correntes	3131.00 3132.00	11.100 11.100	10.950,00 522,00
15101.08482462.228	Funcionamento e Manutenção do Museu do Estado	Outras Despesas Correntes	3131.00	11.100	5.636,00

15101.08482462.229	Funcionamento e Manutenção dos Memorials	Outras Despesas Correntes	3131.00	11.100	8.545,00
15101.08482472.200	Funcionamento e Manutenção do Teatro da Paz	Outras Despesas Correntes	3131.00	11.100	3.418,00
		Investimentos	4120.00	11.100	4.077,00
15101.08482472.201	Funcionamento e Manutenção do Teatro Experimental "Waldemar Henrique"	Outras Despesas Correntes	3131.00	11.100	8.545,00
15101.08482472.230	Funcionamento e Manutenção do Museu da Imagem e do Som	Outras Despesas Correntes	3131.00	11.100	4.373,00
11103.03070212.536	Coordenação e Funcionamento das Atividades dos Técnicos Administrativos	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01 3111.03	11.100 11.100	80.000,00 20.000,00
11104.02040132.180	Desenvolvimento das Ações da Defensoria Pública na Área Metropolitana	Outras Despesas Correntes	3120.00	11.100	2.000,00
		Investimentos	4120.00	11.100	11.500,00
11104.02040132.181	Desenvolvimento das Ações da Defensoria Pública no Interior	Investimentos	4120.00	11.100	13.220,00
11104.02040132.182	Manutenção do Centro de Estudos	Investimentos	4120.00	11.100	15.630,00
11104.02070212.532	Coordenação e Funcionamento das Atividades dos Técnicos Administrativos	Investimentos	4120.00	11.100	3.000,00
13101.03070211.008	Reorganização do Poder Executivo	Outras Despesas Correntes	3131.00 3132.00	11.100 11.100	29.377,00 18.896,00
13101.03070211.009	Ampliação e Implementação do Sistema de Administração de Recursos Humanos	Outras Despesas Correntes	3131.00	11.100	121.064,00
13101.03070212.525	Coordenação e Funcionamento das Atividades dos Técnicos Administrativos	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01 3111.03 3253.00	11.100 11.100 11.100	1.184.304,00 309.000,00 9.200,00
		Investimentos	4120.00	11.100	71.103,00
14101.04070212.515	Coordenação e Funcionamento das Atividades dos Técnicos Administrativos	Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00	11.100 11.100 11.100	305.672,50 79.052,00 15.577,41
		Investimentos	4120.00	11.100	72.548,00
14101.04181112.033	Funcionamento dos Núcleos Regionais	Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00	11.100 11.100 11.100	21.564,00 47.759,00 21.836,77
14101.04140801.033	Apoio e Supervisão à Produção Vegetal	Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00	11.100 11.100 11.100	1.409.328,06 231.714,00 331.060,61
14101.04150881.281	Apoio e Supervisão à Produção Animal Grande, Médio e Pequeno Porte	Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00	11.100 11.100 11.100	319.005,50 10.237,00 41.217,61
14101.04181111.183	Incentivo à Implantação de Agroindústrias no Meio Rural	Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00	11.100 11.100 11.100	4.273,00 4.273,00 3.777,80
14101.04160951.131	Implantação e Recuperação da Infraestrutura de Armazenagem	Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00	11.100 11.100 11.100	4.529,00 4.615,00 5.555,00
14101.04160962.031	Serviço de Informação do Mercado Agrícola	Outras Despesas Correntes	3120.00 3132.00	11.100 11.100	8.545,00 10.921,61
		Investimentos	4120.00	11.100	23.870,00
14101.04160972.032	Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00	11.100 11.100 11.100	957,00 47,00 1.055,00
14202.04070214.326	Coordenação e Funcionamento das Atividades dos Técnicos Administrativos	Pessoal e Encargos Sociais	3111.01	11.100	212.600,00
		Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00	11.100 11.100 11.100	28.769,00 8.000,00
14202.04130663.004	Regularização Fundiária do Estado	Outras Despesas Correntes	3120.00 3131.00 3132.00	11.100 11.100 11.100	40.000,00 40.000,00 40.000,00
15202.08480224.016	Atualização e Diversificação do Acervo da Diretoria de Bibliotecas Públicas	Outras Despesas Correntes	3120.00	11.100	200,00
15202.08482474.021	Acervo Bibliográfico às Atividades Informativas e Culturais	Investimentos	4120.00	11.100	48.467,96
15202.08482474.023	Implementação das Atividades de Extensão Bibliotecária	Investimentos	4120.00	11.100	21.506,00



CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
22101.03070212.400	Elaboração de Laudo de Perícia Técnica e Avaliação de Imóveis	Outras Despesas Correntes	3131.001 3132.001	11.100 11.100	33,40 72,10
24101.11070212.510	Coordenação e Função de Acompanhamento das Atividades Técnicas Administrativas	Pessoal e Encargos Sociais	3111.011 3111.031 3113.001 3253.001	11.100 11.100 11.100 11.100	201.863,00 121.733,20 61,00 3.091,00
24101.11623461.500	Projetos Integrados de Promoção Social	Outras Despesas Correntes	3131.001 3132.001	11.100 11.100	2.006,62 49.674,57
24101.11623462.511	Desenvolvimento do Setor Industrial no Estado do Pará	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001	11.100 11.100 11.100	692,30 371,50 1.256,70
24101.11633541.146	Incentivo, Apoio e Acompanhamento das Atividades Comerciais	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001	11.100 11.100 11.100	16.642,30 6.063,66 14.308,77
24101.11633551.164	Fomento às Atividades Comerciais no Exterior	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001	11.100 11.100 11.100	24.781,30 4.015,90 47.840,41
24101.09532901.141	Desenvolvimento da Pesquisa Mineral no Estado	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001	11.100 11.100 11.100	9.658,60 16.303,90 18.474,72
24101.09774561.190	Programa de Controle Ambiental da Garimpa e Limpeza no Rio Tapajós	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001	11.100 11.100 11.100	11.276,60 26.489,40 44.326,46
24101.11633541.145	Incentivo, Apoio e Acompanhamento das Atividades Micro Empresariais	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001	11.100 11.100 11.100	13.970,20 7.624,10 58.453,65
24202.11070212.111	Coordenação e Função de Acompanhamento das Atividades Técnicas Administrativas	Pessoal e Encargos Sociais	3111.011 3111.021 3111.031 3113.001	11.100 11.100 11.100 11.100	876.079,00 13.014,00 88.476,00 651.143,00
24202.11623465.111	Implementação da Zona de Processamento de Exportação - ZPE	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001	11.100 11.100 11.100	34.924,00 6.443,00 123.415,00
24202.11623465.112	Fomento aos Polos de Desenvolvimento Sócio-Econômico	Pessoal e Encargos Sociais	3111.021	11.100	34.358,00
24202.11623466.110	Manutenção dos Distritos Industriais	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001	11.100 11.100 11.100	5.770,00 4.383,00 6.575,00
25101.02070212.535	Coordenação e Função de Acompanhamento das Atividades Técnicas Administrativas	Outras Despesas Correntes	3132.001	11.100	8.850,00
27101.03070212.538	Coordenação e Função de Acompanhamento das Atividades Técnicas Administrativas	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001 3192.001	11.100 11.100 11.100 11.100	3.310,00 2.516,00 6.006,00 6.767,00
27101.03072172.533	Capacitação Institucional de Recursos Humanos	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001	11.100 11.100	6.767,00
27101.13774562.267	Implementação das Ações de Controle do Meio Ambiente	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001	11.100 11.100 11.100	5.076,00 5.291,00 6.547,00
27101.03100572.257	Implementação de Banco de Dados de Informações Científicas e Tecnológicas do Estado	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001	11.100 11.100 11.100	24.560,00
27101.03100561.506	Incentivo à Indústria e à Produção de Fibras de Juta	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001	11.100 11.100	23.543,43 137,40 307,00 35.150,00
27101.03771031.299	Criação de Áreas de Preservação Ambiental	Outras Despesas Correntes	3120.001	11.100	15.449,00
27101.13100551.289	Fomento à Pesquisa Tecnológica	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001	11.100 11.100	935,60 4.157,20
28102.06301781.225	Interiorização da Defesa Civil	Investimentos	4120.001	11.100	24.560,00
28102.06301782.245	Coordenação Geral do Sistema Estadual de Defesa Civil	Investimentos	4130.001	11.100	30.000,00
28102.06302172.527	Capacitação Institucional de Recursos Humanos	Investimentos	4130.001	11.100	60.000,00
31101.06070212.505	Coordenação e Função de Acompanhamento das Atividades Técnicas Administrativas	Outras Despesas Correntes	3191.001 3259.001	11.100 11.100	12.000,00 12.000,00
31101.06300212.214	Desenvolvimento do Programa de Fardamento	Investimentos	4120.001	11.100	241.419,00
31101.06301361.194	Implantação do Sistema de Comunicação	Investimentos	4120.001	11.100	250.000,00
31101.06300241.196	Implantação do Programa de Processamento de Dados	Investimentos	4120.001	11.100	47.133,00
31101.06301782.213	Desenvolvimento do Sistema de Motomecânica	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001	11.100 11.100 11.100	6.526,00 1.448.318,00
31101.06302172.292	Desenvolvimento do Programa de Ensino e Instrução	Outras Despesas Correntes	3120.001 3131.001 3132.001	11.100 11.100 11.100	22.256,00 18.970,00
34101.03091831.216	Programa a Cargo do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará	Investimentos	4130.001 11.225	11.100 11.225	16.694.800,00
20101.13070212.534	Coordenação e Função de Acompanhamento das Atividades Técnicas Administrativas	Investimentos	4110.001 4192.001	11.100 11.100	45.951,00 69.989,00
20101.13752172.540	Capacitação Institucional de Recursos Humanos	Outras Despesas Correntes	3132.001	11.100	300.000,00
20101.13754282.560	Manutenção das Ações de Vigilância à Saúde	Outras Despesas Correntes	3132.001	11.100	200.000,00
20101.13754282.561	Manutenção das Ações de Atenção à Saúde	Outras Despesas Correntes	3120.001 3132.001	11.100 11.100	979.100,00 400.000,00
20101.13754281.050	Construção, Ampliação, Melhoramento e Aparentamento de Unidades de Saúde	Investimentos	4110.001	11.100	5.341,00
20101.13764482.205	Implementação e Manutenção das Atividades de Saneamento Básico	Investimentos	4120.001	11.100	204.819,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ,

*Almir GARRVES*  
Governador do Estado

CARLOS JEMÍ KAYATH  
Secretário de Estado de Administração

SINÃO ROBISSON OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

FREDERICO ANTONIO DA COSTA MONTEIRO  
Secretário de Estado da Fazenda

CP95/0076492-2

\* Republicado por ter saído com incorreção no D.O. nº 28115 de 21/12/95



**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO  
1ª CÂMARA PERMANENTE**

ACÓRDÃO Nº 273  
RECURSO Nº 1118 - EX-OFFÍCIO  
INTERESSADO: ANTONIO EREMIO DA COSTA  
RECORRENTE: DELEGADA REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL - 2ª  
REGIÃO FISCAL - CASTANHAL  
CONSELHEIRO RELATOR: MANOEL DA SILVA OLIVEIRA  
EMENTA:

I - ICMS Auto de Infração  
II - Provado o pagamento do Tributo Estadual lançado no Auto de Infração e  
Notificação Fiscal com as cominações legais, deve o processo ser arquivado pelo órgão  
competente.

III - Recurso Ex-Offício provido

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes Autos em que é Interessado  
ANTONIO EREMIO DA COSTA e Recorrente DELEGADO REGIONAL DA  
FAZENDA ESTADUAL 2ª Região Fiscal - Castanhall acordam os membros da Primeira  
Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado, na conformidade da

**SECRETARIA DE ESTADO  
DE PLANEJAMENTO E  
COORDENAÇÃO GERAL**

Processo nº: 8682/95

Termo de Denúncia ao Convênio FDE nº 004/95

TERMO DE DENÚNCIA PARCIAL AO CONVÊNIO  
Nº 004/95, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DO  
PARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO  
DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E  
O MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ.

CONSIDERANDO que o convênio FDE nº 004/95,  
celebrado com a Prefeitura Municipal de Oriximiná, no valor de R\$  
450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), com liberação  
prevista em duas parcelas iguais de R\$ 225.000,00 (DUZENTOS E VINTE E  
CINCO MIL REAIS), objetivava a "Conclusão do Terminal Hidroviário de  
Oriximiná";

CONSIDERANDO que o projeto original foi modificado,  
com a redução de 32 m² na sua área construída;

CONSIDERANDO que a avaliação técnica relativa aos  
materiais e serviços efetivamente aplicados na execução da obra objeto  
do convênio, concluiu que é necessária e suficiente a liberação de recursos  
da ordem de R\$ 139.916,50 (CENTO E TRINTA E NOVE MIL, NOVECENTOS  
E DEZESSEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), a título de 2ª e última  
parcela;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula Sexta, Item 6.4  
do Convênio FDE nº 004/95.

**RESOLVEM:**

Art. 12 - Denunciar Parcialmente o Convênio FDE nº  
004/95, para liberar a SEPLAN da obrigação de transferir ao Beneficiário  
o valor de R\$ 85.083,50 (OITENTA E CINCO MIL, OITENTA E TRÊS REAIS  
E CINQUENTA CENTAVOS), referente a diferença da 2ª parcela.

Art. 22 - Em decorrência da denúncia ora formulada,  
o gestor do Município de Oriximiná deverá apresentar ao Tribunal de  
Contas do Estado a Prestação de Contas do valor recebido, equivalente -  
R\$ 364.916,50 (TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E  
DEZESSEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), na forma da legislação em  
vigor.

E, por estarem de acordo, assinam este Instrumento  
na presença das testemunhas, que também o assinam, em 03 (três) vias  
e igual teor e forma, para um só efeito de direito.

Belém, 21 de dezembro de 1995.

*Simão Robison Oliveira Jatene*  
SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e  
Coordenação Geral

*Antônio Calderaro Filho*  
ANTÔNIO CALDERARO FILHO  
Prefeito Municipal de Oriximiná

**TESTEMUNHAS:**

*Antônio Calderaro Filho*  
*Simão Robison Oliveira Jatene*

Ata de Julgamento, Relatório e Votos que ficam integrando o presente julgado por  
unanimidade de votos pelo arquivamento do mesmo.  
Sala de Reuniões da 1ª Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do  
Estado, 29 de novembro de 1995.

UZELINDA MARTINS MOREIRA  
Presidente  
MANOEL DA SILVA OLIVEIRA  
Conselheiro Relator  
LEOPOLDINO BRITO TEIXEIRA  
Procurador Fiscal

CP95/0075908-0

**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DO ESTADO  
1ª CÂMARA PERMANENTE**

ACÓRDÃO Nº 278  
RECURSO Nº 1034  
RECORRENTE: ODONTOTÉCNICA LTDA.  
RECORRIDA: DELEGADA REGIONAL DA FAZENDA ESTADUAL - 15ª  
REGIÃO FISCAL - BELÉM/PA.  
RELATOR CONSELHEIRO: MANOEL DA SILVA OLIVEIRA  
EMENTA:  
I - ICMS Auto de Infração  
II - Deixar de Emitir Notas Fiscais de mercadorias referentes a vendas

realizadas e em consequência não pagar o devido imposto, sujeita o contribuinte às  
sanções previstas na legislação vigente.  
III - Recurso voluntário desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente  
Odontotécnica Ltda., e recorrida a delegada regional da Fazenda Estadual da 15ª Região  
Fiscal - Belém/PA, ACÓRDAM - Os membros da Primeira Câmara Permanente do  
Conselho de Recursos Fiscais do Estado do Pará, na conformidade da Ata de  
Julgamento, relatório e votos, que ficam integrando o presente julgado, por unanimidade  
de votos, pelo acolhimento e improvidamento do recurso voluntário, mantida a decisão da  
primeira instância, em todos os seus termos. Sala de reuniões conselheiro Mário Dias da  
Silva, da Primeira Câmara Permanente do Conselho de Recursos Fiscais do Estado do  
Pará, em 20 de dezembro de 1995.

UZELINDA MARTINS MOREIRA  
Presidente  
MANOEL DA SILVA OLIVEIRA  
Conselheiro Relator  
LEOPOLDINO BRITO TEIXEIRA  
Procurador Fiscal

CP95/0075916-0

PORTARIA Nº 1618, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO  
GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 22 do  
Decreto nº 0016, de 03 de Janeiro de 1995, que dispõe sobre ALTERAÇÃO  
NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - 00D.

**R E S O L V E:**

I - Aumentar no Quadro de Detalhamento da Despesa, em R\$  
80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), as dotações dos elementos de despesa,  
da Unidade Orçamentária: 16.204 - Universidade do Estado do Pará,  
conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		VALOR
		DA	FONTE	
		DESPESA		
16204.08442054.3021	Funcionamento das Ativi-	3120.00	11.218	20.000
	dades de Ensino, Pesqui-	3132.00	11.218	60.000
	sa e Extensão			

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor a  
dotação do elemento de despesa da mesma atividade da forma a seguir  
discriminada:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA		VALOR
		DA	FONTE	
		DESPESA		
16204.08442054.3021	Funcionamento das Ativi-	3192.00	11.218	80.000
	dades de Ensino, Pesqui-			
	sa e Extensão			

III - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua  
publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

*Simão Robison Oliveira Jatene*  
SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e  
Coordenação Geral

CP95/0075919-5

PORTARIA Nº 1685, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO  
GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 22 dos  
Decretos nºs 0081, de 25 de Janeiro de 1995, 0242, de 25 de abril de  
1995, 0474, de 25 de julho de 1995 e 0699, de 24 de outubro de 1995,  
que aprovam os QUADROS DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS -  
00QT/19, 20, 30 e 40 TRIMESTRES - 95.

**R E S O L V E:**

I - Reduzir no montante de R\$ 220.547,99 (DUZENTOS E  
VINTE MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E SETE REAIS, NOVENTA E NOVE  
CENTAVOS), as quotas fixadas, referentes aos grupos de despesas, da  
Unidade Orçamentária abaixo discriminada:

GRUPO DE DESPESA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 17.201 - Loteria do Estado do Pará	
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	R\$
		1º, 2º, 3º e 4º TRI/95
Pessoal e Encargos Sociais (Diárias)		6.164,00
Pessoal e Encargos Sociais		188.813,55
Investimentos (Obras e Instalações)		2.883,00
Investimentos (Equipamentos e Material Perma- nente)		22.687,44

II - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua  
publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

*Simão Robison Oliveira Jatene*  
SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e  
Coordenação Geral

CP95/0075927-6



PORTARIA Nº 1686, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 29 do Decreto nº 0016, de 03 de Janeiro de 1995, que dispõe sobre ALTERAÇÃO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD.

## RESOLVE:

I - Aumentar no Quadro de Detalhamento da Despesa, em R\$ 3.920,50 (TRÊS MIL, NOVECENTOS E VINTE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), as dotações dos elementos de despesa, da Unidade Orçamentária: 17.201 - Loteria do Estado do Pará, conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
17201.03070214.338	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	3131.00	12.202	1.400,00
17201.03080214.092	Distribuição de Bilhetes Premiados	3257.00	12.202	2.520,50

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor as dotações dos elementos de despesa das mesmas atividades da forma a seguir discriminada:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
17201.03070214.338	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	3120.00	12.202	1.400,00
17201.03080214.092	Distribuição de Bilhetes Premiados	3292.00	12.202	2.520,50

III - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e  
Coordenação Geral

CP95/0075935-7

PORTARIA Nº 1693, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 29 do Decreto nº 0016, de 03 de Janeiro de 1995, que dispõe sobre ALTERAÇÃO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD.

## RESOLVE:

I - Aumentar no Quadro de Detalhamento da Despesa, em R\$ 365.102,50 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO MIL, CENTO E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), a dotação do elemento de despesa, da Unidade Orçamentária: 21.101 - Secretaria de Estado de Segurança Pública, conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
21101.06070212.509	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	3111.01	11.100	365.102,50

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor as dotações dos elementos de despesa da mesma atividade da forma a seguir discriminada:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
21101.06070212.509	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	3111.03	11.100	298.205,50
		3253.00	11.100	66.897,00

III - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e  
Coordenação Geral

CP95/0075943-8

PORTARIA Nº 1694, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 29 do Decreto nº 0016, de 03 de Janeiro de 1995, que dispõe sobre ALTERAÇÃO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD.

## RESOLVE:

I - Aumentar no Quadro de Detalhamento da Despesa, em R\$ 713.983,00 (SETECENTOS E TREZE MIL, NOVECENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS), as dotações dos elementos de despesa da Unidade Orçamentária: 28.104 - Recursos Sob Supervisão da Secretaria de Estado de Administração, conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
28104.08824952.159	Encargos com Inativos e Pensionistas - Educação	3253.00	11.225	101.080
28104.15824952.104	Encargos com Inativos e Pensionistas - Civil	3251.00	11.100	612.903

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor as dotações dos elementos de despesa das mesmas atividades da forma a seguir discriminada:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
28104.08824952.159	Encargos com Inativos e Pensionistas - Educação	3251.00	11.225	101.080
28104.15824952.104	Encargos com Inativos e Pensionistas - Civil	3252.00	11.100	500.000
		3253.00	11.100	112.903

III - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e  
Coordenação Geral

CP95/0075951-9

PORTARIA Nº 1695, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 19 do Decreto nº 0368, de 14 de Junho de 1995,

## RESOLVE:

I - Descontingenciar o valor de R\$ 62.109,00 (SESSENTA E DOIS MIL, CENTO E NOVE REAIS), da Unidade Orçamentária relacionada abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
31.101	Corpo de Bombeiros Militar				
31101.06070212.505	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	Outras Despesas Correntes	3120.00	11.100	29.297
			3131.00	11.100	7.324
			3132.00	11.100	15.330
31101.06301782.213	Desenvolvimento do Sistema de Motomecanização	Outras Despesas Correntes	3131.00	11.100	3.662
31101.06302172.292	Desenvolvimento do Programa de Ensino Instrução	Outras Despesas Correntes	3131.00	11.100	6.496
T O T A L					62.109

II - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e  
Coordenação Geral

CP95/0075959-4

PORTARIA Nº 1713, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 29 do Decreto nº 0016, de 03 de Janeiro de 1995, que dispõe sobre ALTERAÇÃO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD.

## RESOLVE:

I - Aumentar no Quadro de Detalhamento da Despesa, em R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), a dotação do elemento de despesa, da Unidade Orçamentária: 28.104 - Encargos Sob Supervisão da Polícia Militar do Estado, conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
28104.15824952.194	Encargos com Inativos Militar	3257.00	11.100	3.000

II- Para seu atendimento reduzir em igual valor a dotação do elemento de despesa da mesma atividade, da forma a seguir discriminada:

R\$				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
28106.15824952.194	Encargos com Inativos Militar	3192.00	11.100	3.000

III - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

SIMÃO RODRIGOS OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral  
CP95/0075967-5

PORTARIA Nº 1718, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, usando das atribuições legais que lhes confere o artigo 2º do Decreto nº 0729, de 30 de outubro de 1995, que aprova o QUADRO DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDQT/4º TRIMESTRE - 95

**RESOLVE:**

I - Aumentar no montante de R\$ 1.559.400,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL E QUATROCENTOS REAIS), a quota 4º trimestre, referente ao grupo de despesa, das Unidades Orcamentárias abaixo discriminadas:

GRUPO DE DESPESA	R\$ 1,00	
	4º TRI - ANO 95	DEZEMBRO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
- DEFENSORIA	4.400	
- BEFA	130.000	
- RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEAD:		
- Encargos com Inativos e Pensionistas - Educação	36.000	
- Encargos com Inativos e Pensionistas - Civil	46.000	
- RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA PMPA:		
- Encargos com Inativos Militar	31.000	
- SEGUP	1.300.000	
- FTERPA	12.000	

II- A presente Portaria entrará em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

SIMÃO RODRIGOS OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral

FREDERICO ALVES DA COSTA MONTEIRO  
Secretário de Estado da Fazenda  
CP95/0075975-6

PORTARIA Nº 1723, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 0699, de 24 de outubro de 1995, que aprova o QUADRO DE DETALHAMENTO DAS QUOTAS TRIMESTRAIS - QDQT/4º TRIMESTRE - 95.

**RESOLVE:**

I - Aumentar no montante de R\$ 80.700,00 (OITENTA MIL E SETECENTOS REAIS), a quota do 4º trimestre, referente ao grupo de despesa da Unidade Orcamentária abaixo discriminada:

**AVISO DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - ARAGUAIA S.A. - AGROPECUÁRIA - CGC/MF 05.426.960/0001-31 - SANTANA DO ARAGUAIA - PA.**

Convidamos os acionistas da ARAGUAIA S.A. - AGROPECUÁRIA, a se reunirem em ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA a realizar-se no dia 22 de janeiro de 1996, às 10:00 (dez) horas, na sede social da empresa, município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: I) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Demonstrações Financeiras relativos aos exercícios encerrados em 31.12.90, 31.12.91, 31.12.92, 31.12.93 e 31.12.94; b) Aprovar a Correção da expressão monetária do capital social integralizado. c) Aprovar a nova expressão monetária do capital social, mediante as mudanças em nosso padrão monetário, adequado o capital social de CRUZEIROS REAIS para REAIS. d) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos e e) Fixação dos honorários da Diretoria. II) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. a) Aumento do capital social da Sociedade. b) Outros assuntos de interesse da sociedade. Informamos, ainda que se encontram à disposição dos senhores acionistas, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Atenciosamente. JOSÉ ALVES FILHO - Diretor Presidente, Santana do Araguaia-Pa., 15 de dezembro de 1995.

(Fat. nº 418, Reg. nº 418, Dia: 22/12/95)

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

ORGÃO: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA  
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 36/95-COSANPA  
OBJETO: Execução de serviços de engenharia de interrupção e religação de ligações prediais de abastecimento de água, nos diversos Distritos operacionais da Área Metropolitana de Belém-Pará.  
ABERTURA: No auditório da COSANPA, às 10:00 horas, do dia 11 de janeiro de 1996  
EDITAL: O Edital e demais informações poderão ser obtidos na Avenida Magalhães Barata, 1201, no horário de 08:00 às 11:00 horas e 14:00 às 17:00 horas, na Assessoria Jurídica desta Empresa, no período de de 26 de dezembro de 1995 a 10 de janeiro de 1996.  
Belém, 22 de dezembro de 1995  
Advª MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA  
Presidente da Comissão

(Fat. nº 438, Reg. nº 438, Dia: 26/12/95)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 20.202 - Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará

GRUPO DE DESPESA	FONTE	R\$ 1,00	
		4º TRI - ANO 95	DEZEMBRO
Outras Despesas Correntes	52.204		80.700

II - Reduzir em igual valor a quota do 2º trimestre do grupo de Investimentos.

III - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

SIMÃO RODRIGOS OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral  
CP95/0075983-7

PORTARIA Nº 1724, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1995

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, usando das atribuições legais que lhe confere o artigo 2º do Decreto nº 0016, de 03 de janeiro de 1995, que dispõe sobre ALTERAÇÃO NO QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD.

**RESOLVE:**

I - Aumentar o Quadro de Detalhamento da Despesa, em R\$ 4.733,00 (SEIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS), a dotação dos elementos de despesa, da Unidade Orcamentária: 20.205 - Hospital de Clínicas Gaspar Viana, conforme quadro abaixo:

R\$ 1,00				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
20205.13070214.318	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	3111.01	52.204	753
20205.13754284.319	Manutenção das Atividades Médico-Assistenciais	3120.00	52.204	5.980

II - Para seu atendimento reduzir em igual valor a dotação dos elementos de despesa das mesmas atividades da forma a seguir discriminada:

R\$ 1,00				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
20205.13070214.318	Coordenação e Funcionamento das Atividades Técnico-Administrativas	3111.02	52.204	753
20205.13754284.319	Manutenção das Atividades Médico-Assistenciais	3132.00	52.204	5.980

III - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

SIMÃO RODRIGOS OLIVEIRA JATENE  
Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral  
CP95/0075982-9

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

PORTARIA Nº 1.551/95 - TCM de 04.12.95.  
Conceder férias regulamentares no período de 04 de dezembro de 1995 a 02 de janeiro de 1996, a servidora MARIA DO SOCORRO SERRÃO DE FIGUEIREDO, Assistente Técnico I - TCM.CPC.NM.102.4, referente ao período aquisitivo 94/95.

PORTARIA Nº 1.552/95 - TCM de 04.12.95.  
Conceder férias regulamentares no período de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 1996, a servidora GLÓRIA SUELY LOPES DE OLIVEIRA, Chefe de Divisão - TCM.CPC.NS.101.3, referente ao período aquisitivo 93/94.

PORTARIA Nº 1.553/95 - TCM de 04.12.95.  
Conceder férias regulamentares no período de 02 a 31 de janeiro de 1996, a servidora MANAYRA FRANÇA LEÃO, Assistente de Controle Externo - TCM.ATI.302, referente ao período aquisitivo 94/95.

















**FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ**

PORTARIA Nº 307/95/CRH/18/12  
 Nº DE DIAS DE LICENÇA: 30(DIAS)  
 NOME DO SERVIDOR: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA SANTOS FILHO  
 MATRÍCULA: 5193052-016  
 CARGO/FUNÇÃO/LOTAÇÃO: MÉDICO/COORDENADORIA DE PEDIATRIA  
 PERÍODO: 02/01/96 à 31/01/96  
 TRIÊNIO REFERENTE: 01/03/91 à 28/02/94 CP 95/0075925-5

PORTARIA Nº 308/95/CRH/18/12  
 Nº DE DIAS DE LICENÇA: 30(DIAS)  
 NOME DO SERVIDOR: ANA LUCIA SANTOS DA COSTA  
 MATRÍCULA: 5173349-017  
 CARGO/FUNÇÃO/LOTAÇÃO: AGENTE DE SAÚDE/COORDENADORIA DE PEDIATRIA  
 PERÍODO: 02/01/96 à 31/01/96  
 TRIÊNIO REFERENTE: 26/04/90 à 25/04/93 CP 95/0075934-9

PORTARIA Nº 309/95/CRH/18/12  
 O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,  
 CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 51, § 4º da Lei 8.666/93, quanto ao prazo máximo para investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitação;  
 CONSIDERANDO, a imperiosa necessidade de se continuar processos licitatórios;  
**RESOLVE:**  
 1- PRORROGAR o prazo de vigência da Comissão Permanente de Licitação desta Fundação até 13 de março de 1996, constituída pelos seguintes membros:  
 PRESIDENTE: ANA MARIA DA COSTA PACHECO- Farmacêutica Bioquímica.  
 MEMBROS: RAIMUNDO FERREIRA RODRIGUES-Assistente de Administração.  
 WALDOHIRE PINHEIRO MORAES-Assistente de Administração.  
 2- Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se  
 Belém, 18 de dezembro de 1995  
 Dr. HÉLIO FRANCO DE MACEDO JÚNIOR CP 95/0075933-0  
 Presidente

PORTARIA Nº 310/95/CRH/19/12  
 Nº DE DIAS DE LICENÇA: 60(DIAS)  
 NOME DO SERVIDOR: VALERIA IVANA DE ALENCAR MELO  
 MATRÍCULA: 5148332-030  
 CARGO/FUNÇÃO/LOTAÇÃO: ENFERMEIRA/COORDENADORIA DE TOXICOLOGIA  
 PERÍODO: 01/01/96 à 29/02/96  
 TRIÊNIO REFERENTE: 25/04/90 à 25/04/93

PORTARIA Nº 311/95/CRH-19/12  
 PERÍODO DA ESCALA: 01/01 à 30/01  
 ANO: 1995  
 UNIDADE REFERENTE: FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ  
 PORTARIA Nº 312/95/CRH/21/12  
 NOME DO SERVIDOR: SELMA RUTH REIS BORGES CP 95/0075941-1  
 MATRÍCULA: 5549210-014  
 VALOR DO SUPLENTO: R\$ 2.000,00(DOIS MIL REAIS)  
 ELEMENTOS DE DESPESAS: 3120 E 3132  
 PERÍODO DA APLICAÇÃO: 30(TRINTA)DIAS  
 DATA DA CONCESSÃO: 20/12/95 CP 95/0075942-0

PORTARIA Nº 313/95/CRH/21/12  
 Nº DE DIAS DE LICENÇA: 30(DIAS)  
 NOME DO SERVIDOR: MARIA FRANCISCA ALVES FRANCO  
 MATRÍCULA: 5173710-017  
 CARGO/FUNÇÃO/LOTAÇÃO: AGENTE DE SERVIÇO OPERACIONAL/COORD. PROC. DE ROUPAS  
 PERÍODO: 02/01/96 à 31/01/96  
 TRIÊNIO REFERENTE: 26/04/90 à 25/04/93 CP 95/0075949-7

PORTARIA Nº 314/95/CRH/21/12  
 NOME DO SERVIDOR SUBSTITUÍDO: ROSANGELA BRANDÃO MOREIRO  
 MATRÍCULA: 00822732-027  
 CARGO/FUNÇÃO/LOTAÇÃO: ASSESSORA-GER-DAS-012.4  
 MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: FÉRIAS DO TITULAR CP 95/0075950-0  
 PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO: 02/01/96 à 31/01/96

PORTARIA Nº 315/95/CRH/21/12  
 NOME DO SERVIDOR SUBSTITUÍDO: ROSANA MESQUITA DE MORAES REGO  
 MATRÍCULA: 5322871-029  
 CARGO/FUNÇÃO/LOTAÇÃO: MÉDICA/COORDENADORIA DE TOXICOLOGIA  
 MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: FÉRIAS DO TITULAR CP 95/0075959-6  
 PERÍODO: 02/01/96 à 31/01/96

(Fat. n.º 430, Reg. n.º 430, Dia: 26/12/95)

**BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A.**

DIRETORIA ADMINISTRATIVA - DIRAD  
 GERÊNCIA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO - GESAD  
**EXTRATO CONTRATUAL**  
 CONTRATO Nº 115/95  
 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
 PARTES: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. - BANPARÁ E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS ESTADUAIS - ASBAC  
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE TARJA MAGNÉTICA DE CARTÕES DE BENEFÍCIO DO INSS  
 VIGÊNCIA: 20.12.95 à 20.12.99  
 VALOR: CUSTO UNITÁRIO R\$=0,45  
 QUANTIDADE INICIAL: 20.000 CARTÕES  
 R\$=9.000,00  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: RECURSOS PRÓPRIOS DO BANCO  
 FORO: CIDADE DE BELÉM-PA.  
 DATA DA ASSINATURA: 20.12.95  
 ORDENADOR RESPONSÁVEL: DIRAD EM 04.10.95 E RATIFICAÇÃO PRESI EM 04.10.95.  
 BELÉM(PA), 26 DE DEZEMBRO DE 1.995.  
 CP 95/0075913-1

GERÊNCIA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO - GESAD  
**EXTRATO DE EMPENHO**  
 EMPENHO Nº 430/95  
 FORNECEDOR: INTEL ENGENHARIA COM. LTDA.  
 OBJETO: CENTRAL PRIVADA DE COMPUTAÇÃO TELEFÔNICA, 08 TRONCOS, 32 RAMAIS  
 VALOR: R\$=17.861,90  
 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONVITE 066/95  
 PROCESSO GESAD/DIMAP Nº 357/95  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: RECURSOS PRÓPRIO DO BANCO  
 ORDENADOR RESPONSÁVEL: DIRAD  
 BELÉM (PA), 26 DE DEZEMBRO DE 1995 CP 95/0075933-5

(Fat. n.º 437, Reg. n.º 437, Dia: 26/12/95)

**INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ**

ATOS ADMINISTRATIVOS  
 PROCESSO Nº 006409/92  
 INTERESSADO: MANOEL AUGUSTO DOS SANTOS  
 MUNICÍPIO : CURUÇA  
 ASSUNTO : RETIFICAÇÃO  
 AUTORIZO a RETIFICAÇÃO no Título Definitivo nº 01966, expedido pelo Governo do Estado do Pará, originariamente em nome de MANOEL AUGUSTO DOS SANTOS, com data de 24.06.1975, relativo ao lote agrícola nº08, situado na Rodovia Maria Panim, Km 10/MD, da Colônia Vista Alegre, no Município de Curuçá, área de 75ha,00a,00ca, com a consequente lavratura do Termo de Retificação da área do Título; ONCE SE LÊ: área de 75ha,00a,00ca; LEIA-SE: área de 85ha,14a,82ca.  
 BELÉM (PA), 19.12.95. CP 95/0075918-7  
 RONALDO BARATA-Presidente.

PORTARIA Nº000195 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995.  
 O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - IITERPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei nº4584, de 08 de outubro de 1975, e  
 CONSIDERANDO a obrigatoriedade legal de elaboração do relatório anual das atividades da Autarquia, tarefa para a qual se torna imprescindível a participação dos diversos setores que integram a instituição;  
 CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de promover levantamento de informações para a realização do balancete geral da entidade;  
 CONSIDERANDO, por outro lado, a importância de manter em funcionamento regular os serviços considerados essenciais ao funcionamento do órgão e aos interesses da coletividade.  
**RESOLVE:**  
 I- Estabelecer que no período de 02 a 12 de janeiro do ano vindouro, o expediente do órgão seja exclusivamente interno, exceto em relação aos setores do Protocolo e Tesouraria que deverão continuar prestando serviços de atendimento ao público.  
 II- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
 Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.  
 RONALDO BARATA-Presidente.  
 CP 95/0075925-0

(Fat. n.º 434, Reg. n.º 434, Dia: 26/12/95)

**FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ**

RESENHA DA PORTARIA Nº 1108/95  
 O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO PARÁ, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,  
**RESOLVE:**  
 I - CONCEDER FÉRIAS, NO MÊS DE JANEIRO/96 AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:  

NOME	LOTAÇÃO	PER. ADISITIVO
MANOEL BENEDITO M. SILVA	SEDOC	19.12.93/94
MIRIAN PAULO O. FURLAN	DRH	08.07.94/95

 CP 95/0075917-9

(Fat. n.º 435, Reg. n.º 435, Dia: 26/12/95)

**COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ**

AVISO DE LICITAÇÃO  
 ORGÃO: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA  
 MODALIDADE: CONCORRÊNCIA NACIONAL Nº 05/95-COSANPA  
 OBJETO: Fornecimento de 518 toneladas de cloro li quefeito, destinado ao Departamento de Planejamento e Controle de Sistemas da COSANPA.  
 ABERTURA: No Auditório da COSANPA, às 10:00 horas do dia 26 de janeiro de 1996.  
 EDITAL: O Edital e demais informações poderão ser obtidos na Avenida Magalhães Barata, 1201, no horário de 08:00 às 11:00 horas e 14:00 às 17:00 horas, na Assessoria Jurídica desta Empresa, no período de 26 de dezembro a 25 de janeiro de 1996.  
 Belém, 22 de dezembro de 1995  
 Assessoria Jurídica  
 CP 95/0075957-8

(Fat. n.º 432, Reg. n.º 432, Dia: 26/12/95)

**SERVÍCIO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL  
 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**

PORTARIA Nº 029 /95-SUPES/PA, DE 20 DE DEZ DE 1995  
 O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS NO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria Nº 093/94, de 09 de setembro de 1994, e tendo em vista o Decreto Lei Nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, combinado com a Lei Nº 7679, de 23 de novembro de 1988; e

Considerando as condições do meio ambiente pesqueiro no Estado do Pará, e fatores sócio-econômicos das microrregiões, bem como a necessidade de se estabelecer a manutenção dos níveis de estoques de peixes e capturas das principais espécies migradoras desembarcadas; e

Considerando a posição favorável de algumas Colônias de Pescadores do Estado do Pará, ao responderem a consulta encaminhada pela Superintendência nesse Estado;

**RESOLVE:**  
 Art. 1º - Proibir, durante o período de defeso da piracema, temporada 95/96, nas águas de domínio da União, na Bacia Hidrográfica do Marajó, no Estado do Pará o exercício da pesca, no período de 01/01/96 a 31/03/96, das seguintes espécies abaixo relacionadas:

Nome Vulgar	Nome Científico
Giju	<i>Hoplerithrus ssp.</i>
Traira	<i>Hoplias malabaricus</i>
Pacu	<i>Myllossoma ssp; Myleus ssp</i>
Curimatã	<i>Prochilodus nigricans</i>
Piranha	<i>Serrasalmus ssp</i>
Aracú	<i>Shizodon ssp; Rhitydus ssp</i>

Parágrafo Único - Por águas de domínio da União entende-se: os lagos, os rios e quaisquer correntes de água em seu domínio, ou que banharem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam em territórios estrangeiros ou deles provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais e respectivamente no itens III e IX, Parágrafo 2º da Constituição Federal.

Art. 2º - Excluir desta proibição na forma do Art. 1º, Parágrafo 1º, da Lei 7.679, de 28 de novembro de 1988, os pescadores artesanais e amadores que utilizam para o exercício da pesca, linha de mão, vara ou linha de anzol.

Art. 3º - Ficam excluídos da proibição de que trata o Parágrafo 1º desta Portaria, a pesca de caráter científico, devidamente autorizada pelo IBAMA.

Art. 4º - É vedado o transporte, o beneficiamento e a industrialização para fins comerciais dos produtos capturados por pescadores artesanais e amadores, permitido no Art. 2º desta Portaria, das espécies relacionadas no Art. 1º.

Art. 5º - Aos infratores da presente Portaria, serão aplicadas as penalidades previstas no Decreto Lei Nº 221, de 28/02/67, e demais legislação complementar, especialmente a lei 7.679, de 23/11/88

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

JOSE MARIA DOS SANTOS GADELHA  
 Superintendente Estadual-IBAMA/Pará

(Fat. n.º 431, Reg. n.º 431, Dia: 26/12/95)

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**RESOLUÇÃO Nº 19.380**  
(24.10.95)

**PROCESSO Nº 15.289 - CLASSE 12ª - DISTRITO FEDERAL**  
(Brasília).

Relator: Ministro Diniz de Andrada.

### INSTRUÇÕES PARA O ACESSO GRATUITO AO RÁDIO E À TELEVISÃO PELOS PARTIDOS POLÍTICOS.

O Tribunal Superior Eleitoral, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, resolve expedir as seguintes Instruções:

Art. 1º. A propaganda partidária gratuita, no rádio e na televisão, no período de 20 de setembro de 1995 a 15 de fevereiro de 1999, previsto no art. 56, III e IV das Disposições Finais e Transitórias da Lei nº 9.096/95, fica restrita aos horários disciplinados nestas Instruções, com proibição de propaganda paga e se destina, exclusivamente, a:

- I - difundir os programas partidários;
- II - transmitir mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário, dos eventos com este relacionados e das atividades congressuais do partido;
- III - divulgar a posição do partido em relação a temas político-comunitários.

§ 1º Fica vedada, nos programas de que tratam estas Instruções:

- I - a participação de pessoa filiada a partido diverso daquele responsável pela veiculação do programa;
- II - a divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos e a defesa de interesses pessoais ou de outros partidos;
- III - a utilização de imagens ou cenas incorretas ou incompletas, efeitos audiovisuais ou quaisquer outros recursos que distorçam ou falseiem os fatos ou a sua comunicação (Lei nº 9.096/95, art. 45, I, II III e §§ 1º, I, II, III e 3º).

§ 2º Julgada procedente representação formulada por órgão nacional de partido político, o Tribunal Superior Eleitoral cassará o direito à próxima transmissão do partido que contrariar as normas previstas neste artigo (Lei nº 9.096/95, art. 45, § 2º).

Art. 2º. É assegurado o direito à transmissão ao partido que:

- I - tenha registrado o seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral;
- II - tenha eleito à Câmara dos Deputados e mantenha filiados, no mínimo, três representantes de diferentes Estados;
- III - tenha representante na Câmara dos Deputados desde o início da Sessão Legislativa de 1995.

Parágrafo único. Ao partido que preencher as condições do inciso I deste artigo é assegurada a realização anual de um programa, em cadeia nacional, com a duração de dez minutos e, ao que preencher as condições do inciso II é assegurada a realização de um programa, em cadeia nacional, em cada semestre, com a duração de cinco minutos, não cumulativos com o tempo fixado na parte inicial deste parágrafo (Lei nº 9.096/95, art. 56, I, III e IV).

Art. 3º. As emissoras de rádio e televisão ficam obrigadas a transmitir, em âmbito nacional, os programas partidários, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos de direção, no horário entre as dezenove horas e trinta minutos e as vinte e duas horas (Lei nº 9.096/95, arts. 45, caput e 46, caput).

Art. 4º. A formação da cadeia nacional será autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que fará a necessária requisição dos horários às emissoras de rádio e televisão, com a antecedência mínima de quinze dias da data fixada para a veiculação, mediante requerimento subscrito pelo representante legal do órgão nacional do partido, que deverá ser apresentado no mês de novembro de cada ano, a fim de possibilitar a elaboração do calendário do ano seguinte (Lei nº 9.096/95, art. 46, § 2º).

§ 1º. No requerimento, que deverá ser instruído com prova de que o requerente faz jus à transmissão, fornecida pela Mesa da

Câmara dos Deputados, o partido indicará data de sua preferência, informando, desde logo, as emissoras geradoras responsáveis pela transmissão (Lei nº 9.096/95, art. 46, § 3º).

§ 2º. O Tribunal Superior Eleitoral, havendo coincidência de datas, dará prioridade ao partido que apresentou o requerimento em primeiro lugar (Lei nº 9.096/95, art. 46, § 4º).

§ 3º. O partido requerente, as emissoras geradoras, a Empresa Brasileira de Comunicação S/A- Sistema RADIOBRÁS, a Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A-EMBRATEL e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão-ABERT, serão comunicadas da designação do dia e hora da transmissão, no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 5º. A fita magnética, com a gravação do programa, será entregue diretamente pelo partido às emissoras geradoras com a antecedência mínima de doze horas do início da transmissão (Lei nº 9.096/95, art. 46, § 5º).

Parágrafo único. A não observância do prazo previsto no parágrafo anterior implicará no automático cancelamento do programa.

Art. 6º. Para o cancelamento da transmissão, o partido deverá formular o pedido ao Tribunal Superior Eleitoral, com a antecedência de, no mínimo, setenta e duas horas.

§ 1º. Excepcionalmente, na hipótese de motivo relevante ou motivo de força maior, o partido poderá requerer alteração do dia e hora anteriormente fixados, com a antecedência de, no mínimo, trinta dias.

§ 2º. Em razão de relevante motivo nacional ou local, compete à Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão-ABERT, solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral eventual alteração no horário da transmissão gratuita anteriormente fixado.

Art. 7º. As transmissões não estão sujeitas à prévia censura, por elas respondendo, na forma da lei, os que as promoverem, sem prejuízo da responsabilidade das expressões faladas ou das imagens transmitidas.

Parágrafo único. As emissoras de rádio e televisão deverão manter sob sua guarda, à disposição da Justiça Eleitoral, pelo prazo de trinta dias, as fitas magnéticas para servir como prova de ofensa à lei eventualmente cometida.

Art. 8º. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá, oportunamente, as Instruções para o cumprimento do disposto no art. 57, inciso III da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

Art. 9º. É assegurado, no exercício de 1995, o direito às transmissões deferidas pelo Tribunal Superior Eleitoral antes da vigência da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Resolução nº 19.356, de 26 de setembro de 1995).

Art. 10. Estas Instruções entram em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal Superior Eleitoral,  
Brasília, 24 de outubro de 1995.

Ministro CARLOS VELLOSO, Presidente

Ministro DINIZ DE ANDRADA, Relator

Ministro MARCO AURELIO

Ministro ILMAR GALVÃO

Ministro ANTONIO DE PADUA RIBEIRO

Ministro COSTA LEITE

Ministro TORQUATO JARDIM

## JUSTIÇA FEDERAL

### JUÍZ FEDERAL DA 2ª VARA

JUIZ FEDERAL: Rubens Rollo D'Oliveira  
DIRETORA DE SECRETARIA: Ivanira Fonseca de Sousa  
EXPEDIENTE DO DIA 20/11/95

DESPACHOS PROFERIDOS EM PROCESSOS:

EXECUÇÃO DIVERSA - CLASSE 04000

Proc. n.º 00.15645-0  
Exqte.: UNIÃO FEDERAL  
Adv.: Dr. Adão Paes da Silva  
Excdo.: AMBRÓSIO ALVES MOREIRA e outro

DESPACHO: Tendo em vista a implantação da Vara Federal de Santarém, pela Resolução nº 20, de 19 de outubro de 1995, do TRF da 1ª Região, e diante do contido no seu art. 3º, remetam-se os presentes autos, mediante redistribuição, àquela Vara.

Proc. n.ºs 00.8716-5, 00.12869-4, 00.35225-0, 89.1405-6, 89.1674-1, 89.2654-2, 92.0356-7 e 92.3349-0.  
Exqte.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
Adv.: Dra. Maria Amélia Maia Franco e outros  
Excdo.: JOSÉ VITORINO FILHO e outros, JOSÉ MARIA SIRINO LOPES e outros, AGRO INDUSTRIAL E COMÉRCIO FRIGAL LTDA e outros, MÁRIO KLEGIN e outros, PEDRO PAULO MARINHO e outros, MOISÉS JACOB FIMA, BENEDITO IVAN DE OLIVEIRA FARIAS e outro, e RODRIGO BORGES SANTANA, respectivamente.

DESPACHO: Tendo em vista a implantação da Vara Federal de Santarém, pela Resolução nº 20, de 19 de outubro de 1995, do TRF da 1ª Região, e diante do contido no seu art. 3º, remetam-se os presentes autos, mediante redistribuição, àquela Vara.

EXPEDIENTE DO DIA 21/11/95

DESPACHOS PROFERIDOS EM PROCESSOS:

AÇÃO ORDINÁRIA - CLASSE 01000

Proc. n.º 91.2138-5  
Autor: AÉCIO FLÁVIO DO CARMO e outros  
Adv.: Dr. Monclar da Rocha Bastos  
Réu: UNIÃO FEDERAL









